

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



**CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE**

ATAS DE REUNIÕES

10 de agosto de 2016

- Apresentação: Centro para todos

Palestrante – Washington Fajardo, Conselheiro e Presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)

**CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE**



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Ata da reunião de 10 de agosto de 2016

Nesta data, reuniu-se por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

• **C e n t r o   p a r a   t o d o s**

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos Conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a presença de alguns servidores do Instituto Pereira Passos – IPP, além do convidado Eduardo Fonseca de Moraes, diretor do Departamento de Destinação patrimonial (DEDES) da Secretaria do patrimônio da União (SPU), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O presidente, Mauro Osorio, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e apresentando o convidado, Eduardo Fonseca de Moraes, cuja intenção é colocar o Patrimônio da União a serviço da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Antes do início da apresentação, Osorio passou a palavra à conselheira Wasmália Bivar, do IBGE, que convidou os presentes a participar da discussão de quais serão os indicadores de desenvolvimento sustentável nacionais, num momento em que o Brasil preside a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas. Neste sentido, o IBGE está organizando o Encontro de Produtores e Usuários de Informações Econômico-sociais e Territoriais, que acontece a cada dez anos, e em 2016 será de 5 a 9 de dezembro.

Os tópicos da apresentação foram os seguintes:

Washington Fajardo começou sua apresentação agradecendo ao presidente Mauro Osorio, o espaço para falar do Programa Centro para todos, do IRPH. Ele destacou que um saber característico do órgão de preservação de patrimônio da prefeitura, que é a capacidade de olhar para o ambiente construído de maneira holística, anda perdido. Ele citou a importância de projetos como o Corredor Cultural, implementado pelo então secretário Augusto Ivan (convidado para a reunião, mas que não pôde comparecer), como uma das experiências urbanísticas mais relevantes do país após a construção de Brasília. Segundo Fajardo, esse olhar holístico é uma “tecnologia”, um “saber fazer”, que a cidade “inventou” na década de 80 e que sua administração vem buscando recuperar desde o início, especialmente no Centro Histórico da cidade. Ele lembrou, ainda, que esta prática de preservação de conjuntos urbanos levou a uma prática de governança territorial. E que a preservação não só do ambiente natural e construído, mas do ambiente cultural, é uma “invenção” do Rio de Janeiro, que nos levou a ter o reconhecimento da UNESCO. Neste sentido, foi desenvolvido o programa Centro para todos, que, em seguida, passou a ser esmiuçado. Fajardo destacou que:

- O programa começou a ser discutido no final de 2014, e em julho de 2015 foi iniciado
- A intenção é mudar a qualidade da percepção que se tem da região do Centro
- Os próprios órgãos municipais que detêm a gestão do território repetem a ideia de que se pode utilizá-lo a nosso bel prazer
- A região vem sofrendo mudanças importantes por conta das Olimpíadas, principalmente em sua chamada waterfront, a partir da demolição da perimetral e da construção do Boulevard Olímpico. Onde se tinha pouco mais de 200 metros de linha de contato com a Baía de Guanabara, a partir da demolição do elevado, passou-se a ter quase três quilômetros. Isso muda drasticamente nossa relação com este corpo natural, que antes era preguiçosa (a gente passava de carro, com ar condicionado e insulfilme) e hoje é caminhando, a 4Km/h.
- O Centro conquista uma nova monumentalidade no início do século XXI. Não é a primeira vez que isso acontece. Pereira Passos fez isso. E todas as intervenções que se sucederam, como a abertura da Av. Presidente Vargas e os desmontes dos morros do Castelo e de Santo Antônio, são buscas de monumentalidade. Mas esta monumentalidade precisa ganhar sustentabilidade. Se não, ela não se sustenta.
- A reocupação residencial do Centro do Rio é crucial. As políticas neste sentido não foram pensadas para induzir o mercado a investir nessa área central da cidade. Há uma carência de políticas para a atração do mercado. Neste sentido, precisamos reconquistar práticas de gestão que mantenham essa monumentalidade e esse investimento através dos anos. É preciso dar elementos urbanos para que as pessoas pensem: por que eu não estou morando aqui?



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

- É preciso falar sobre políticas de moradia acessível (de zero a três salários mínimos, de três a seis, de seis a dez...), no Centro. Há um desconhecimento da sociedade e da própria máquina da prefeitura sobre essas políticas. Existe uma categoria de política social que não está sendo tocada. São estratégias de moradia para servidores, a estudantes, a jovens adultos, jovens casais, terceira idade...
- A única política que existe hoje e de certa maneira induz a ocupação desse território do Centro é do IRPH, o Pró-Apac, que destina recursos para a melhoria de imóveis privados. Os recursos são para a recuperação de fachadas, coberturas, instalações prediais básicas, problemas estruturais e instalação de pequenos elevadores (por conta do envelhecimento da população) em prédios residenciais. Já foram beneficiados 23 imóveis, mas não há orçamento para uma nova edição deste edital.
- O Centro para todos dividiu o território em nove áreas (exceto a do Porto, que já está sendo cuidada pela Cedurp e pela Porto Novo), como a Praça Tiradentes, Campo de Santana, Lapa, Cruz Vermelha, Castelo, Saara... Áreas com as mesmas características urbanas e de problemas. Cada área dessas é trabalhada num esforço concentrado durante um mês. Equipes do IRPH vão para as ruas fazendo a coordenação dos serviços públicos, que também estão divididos em dois grupos, o operacional e o institucional. No primeiro estão órgãos como o próprio IRPH, CET-Rio, Comlurb, Riolut, Guarda Municipal, Seconserva, Seop, Parques e Jardins, Assistência Social, que sempre cuidam do espaço público. No outro estão também o IRPH, que também tem este papel, além do IPP, Smac, SMT, SMU e PGM. Um grupo que é convocado a fazer novas políticas e legislações, ponto estratégico para que este território possa ser revitalizado.
- A “tecnologia avançada” usada no programa é a caminhada: caminha-se um dia por mês em cada área, filmando, para detectar problemas (calçamento, ralos entupidos, detalhes urbanísticos, iluminação...), que têm impacto na segurança, no ordenamento e na imagem da cidade.
- Outro ponto-chave são grupos de WhatsApp que se tornam canais de inventário dos problemas e de agendamento de soluções. E pode-se mostrar à comunidade local que o trabalho está sendo feito
- Em nove meses de trabalho, foi produzido um inventário preciso sobre os problemas da cidade. E todo início de mês, os órgãos envolvidos fazem um planejamento do problema que vão trabalhar
- Esse processo agiliza os licenciamentos. Fazemos com que esses técnicos de licenciamento, que raramente se sentam juntos, encontrem-se para conversar e tomar decisões que demorariam mais tempo e exigiriam mais burocracia. É uma comissão de licenciamento, que inclui ainda representantes do Inepac e do Iphan (estímulo à flexibilização do uso de imóveis tombados).
- Outro trabalho importante é o realizado a partir de colaboração técnica entre IRPH e IPP para levantamento de imóveis subutilizados e vazios. Aplicativo desenvolvido pelo IPP vai permitir trabalho de 12 estagiários que vão para a rua fazer o levantamento que possibilitará a formação de uma base de dados. Isso vai possibilitar que a Procuradoria do Município possa agir com relação a imóveis sem titularidade. A ideia é levantar os imóveis subutilizados, começar a aplicar a punição do IPTU progressivo no tempo e ter a imobiliária social, o que ainda depende da aprovação de um pacote de cinco leis.
- Todos os órgãos técnicos são eficientes. O que é preciso é coordenação. A essência do que está sendo feito no Centro é a melhor coordenação do trabalho de todos esses órgãos.
- Estímulo à adoção de algumas áreas públicas no território não por marcas, mas por “amigos” (que reúnem marcas).

Washington Fajardo apresentou alguns resultados do primeiro ciclo do trabalho, tais como:

- Padronização de 100% das papeleiras (2.730 unidades);
- 1250 pichações removidas em oito áreas;
- 42% de redução dos camelôs;
- Deslocamento ou retirada de nove bancas irregulares para melhorar fluxos;
- Mais de 5 mil metros quadrados de calçadas reparadas;
- 305 semáforos recuperados;



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

- 39 golgas de árvores recuperadas;
- 37.550 metros quadrados de asfalto e paralelepípedos recuperados.

Em seguida, o palestrante Washington Fajardo agradeceu a todos. Iniciou-se, então, a participação dos conselheiros e convidados com comentários, solicitações e sugestões objetivas sobre o tema da reunião:

**1 - Conselheiro Pedro da Luz** – Citou projetos antigos no Centro que trabalharam apenas com a isenção do IPTU e, na época, obtiveram sucesso. E defendeu que a Secretaria Municipal de Habitação entre neste projeto, ao que Fajardo respondeu que reiterou que é preciso haver políticas habitacionais para a área, algo que o IRPH não pode fazer. E sugeriu que talvez fosse melhor que a secretaria de Habitação fosse repensada ou extinta, e que essas políticas fizessem parte das estruturas de planejamento urbano da cidade. Ele também sugeriu que fosse repensado o papel das subprefeituras, como a do Centro. Elas poderiam, e deveriam continuar existindo, mas com um maior e mais eficiente corpo técnico. Pedro da Luz sugeriu que se fomentassem ações pulverizadas, por microempresários, no território. O palestrante destacou que é preciso evitar que haja uma supervalorização do Centro, o que o torna inacessível.

**2 - Conselheiro Pedro Strozenberg** – Destacou que o Centro é um pedaço precioso da cidade, e fez um paralelo com a Baía de Guanabara, que igualmente sofre por causa de degradação. Ele quis saber qual a grande “trava” do processo de recuperação do Centro. Dinheiro? Burocracia? Fajardo respondeu que o primeiro ciclo do programa não teve qualquer investimento, e foi desenvolvido com o que cada órgão tinha para contribuir. O segundo ciclo deverá contar com algum tipo de investimento, mas o que é realmente necessário é coordenação. E essa coordenação precisa ter um caráter holístico. Fajardo acrescentou que é óbvio que é preciso haver vontade política, e o prefeito está acompanhando tudo, mas a palavra chave é coordenação.

**3 - Conselheira Maria Alice Carvalho** – Observou a questão dos conceitos de Centro, patrimônio e sustentabilidade, abordados por Fajardo. Neste sentido, ela sugeriu que fosse estendida a ideia de Centro, que se pensasse no chamado Centro patrimonial considerando as conexões com o que já está construído em seu entorno, como São Cristóvão, Caju e a Maré, o que seria crucial para a sustentabilidade da área. Sem isso, a concepção de preservação do Centro, segundo ela, fica estática. E isso faria muito bem, inclusive à Baía de Guanabara. Ela acredita que, estrategicamente, a cidade não está mais voltada para a Barra, mas para a Zona Norte e para a Baía de Guanabara. E o Centro seria onde a cidade vai renascer. Fajardo, no entanto, disse que a cidade vai continuar se expandindo para a Barra da Tijuca, para as Vargens e Guaratiba, por conta dos terrenos existentes e dos estímulos para ocupação. O que acontece, segundo ele, é que a partir do Porto Maravilha a oferta de terrenos abre um vetor novo, criando uma cidade de duas cabeças, o que é melhor do que uma única que só olhava para a Zona Oeste. O desafio, para os próximos anos, é fazer com que essas duas cabeças conversem. Fajardo destacou, ainda, que o Centro tem ainda um baixo adensamento: hoje são 28 mil habitantes na área do Porto, mas nos morros, como os da Conceição, do Livramento, da Providência... Não tem ninguém morando na Sacadura Cabral, na Venezuela... Temos os morros ocupados e um vale vazio. Por isso, diz ele, seria bom continuar o desafio por gestão territorial do Centro histórico. E contrapor o modelo modernista da Barra, que, para ele, é contrapor o modelo de condomínios fechados, sem espaço público, que traz problemas políticos para a cidade.

**4 – Convidado Maurício Blanco** – Destacou a falta de integração de políticas públicas. E observou que mecanismos, por exemplo, de saúde na área atrairiam habitantes. Fajardo concordou, e acrescentou que, quando fala em coordenação inclui a integração de políticas públicas.

**5 – Conselheiro Mauro Osorio** – Informou que 35% do emprego formal do Rio estão no território do Centro (AP1). E sugeriu que a discussão fosse levada a representantes do Sindicato de Bares e Restaurantes (SindRio). Concordou com a imagem da cidade de duas cabeças, mas acha que não há espaço para as duas.

**4 – Conselheiro Cezar Kirszenblatt** – Questionou qual a necessidade de o estado ter patrimônio. Se utiliza este patrimônio (como em terrenos de hospitais), tudo bem. Se não, segundo ele, é preciso vender ou ceder.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Na sequência, o presidente Mauro Osorio apresentou o senhor Eduardo Fonseca de Moraes, diretor do Departamento de Destinação patrimonial (DEDES) da Secretaria do patrimônio da União (SPU), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que assumiu a palavra. Ele contou que conhece bem o patrimônio público do Centro, inclusive o estadual, e acredita que a União tenha muito a contribuir, mais do que já contribuiu por ocasião do Porto Maravilha. E teceu algum pontos:

- O Rio peca em não utilizar a quantidade de instituições federais, por ter sido capital, e estaduais em seu favor;
- Que não consegue imaginar alguém com mais de 40 anos disposto a morar no Centro. Então que se deveria investir em políticas de moradias de baixo custo para jovens estudantes. A UFRJ, por exemplo, tem dinheiro para reformar prédios com fins estudantis, para residências de estudantes. Só não tem para comprar o prédio;
- Também acha importante cuidar da área do entorno da Baía de Guanabara. Principalmente das áreas de aterro (em geral, da Marinha). Portanto, há muitos terrenos da União que poderiam estar sendo melhor utilizados;
- A venda dos terrenos não é algo simples assim. O Centro é muito complexo para se trabalhar com uma única lógica. Há que se atacar em várias frentes para se conseguir um Centro como Manhattan ou o de Paris, o que ele acredita ser absolutamente possível.

O presidente Mauro Osorio agradeceu aos presentes, incentivando-os a desdobrar as discussões com a AGRio e o Sindrio.

A Secretária Executiva tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.